

A AUTOMEDICAÇÃO E USO INDISCRIMINADO DE ANALGÉSICOS: A IMPORTÂNCIA DA ATENÇÃO FARMACÊUTICA.

SELF-MEDICATION AND INDISCRIMINATE USE OF ANALGESICS: THE IMPORTANCE OF
PHARMACEUTICAL CARE

Thais Damas Pereira

Graduada em Farmácia, Universidade Iguazu (UNIG), e-mail:
thaisdamas97@hotmail.com;

Lucas Ramos Crizostomo

Graduando em Medicina, Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC), e-mail:
lucascrizostomo15@hotmail.com;

Milena Arrivabene Calmon

Graduanda em Medicina, Universidade Iguazu (UNIG), e-mail:
milena.calmon@hotmail.com

Fernanda Castro Manhães

Pós Doutora em Cognição e Linguagem, Universidade Estadual do Norte
Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), e-mail: castromanhaes@gmail.com

Luciana de Oliveira Fumian Brasil

Mestra em Saúde da Família, Universidade Estácio de Sá, e-mail:
lucianafumian@gmail.com

RESUMO

A dor pode ser considerada uma experiência desagradável tanto de forma sensorial como no espectro emocional. Desde as épocas mais remotas, já se utilizavam plantas medicinais com potencial analgésico e anti-inflamatório, na tentativa de suprimir esses estímulos dolorosos. No âmbito farmacológico os fármacos analgésicos, podendo esses ser divididos em duas classes distintas: opioides e não opioides. Devido ao incomodo proporcionado por tais estímulos dolorosos, a prática da automedicação e do uso irracional desses é algo muito presente na sociedade. Todavia, tal ato pode proporcionar diversos efeitos deletérios para a saúde dos indivíduos. Portanto, o trabalho se justifica na necessidade em discorrer sobre a automedicação e uso indiscriminado de fármacos com efeito analgésico, como forma de

conscientizar a população sobre os riscos potenciais e malefícios. Dessa forma, o estudo propõe como principal objetivo a avaliação do perfil de utilização de analgésicos de venda livre em uma drogaria do município de Faria Lemos – MG. Trata-se de um estudo transversal, de caráter descritivo, apresentando uma abordagem quantitativa, onde os dados foram coletados com o auxílio de um questionário. Os resultados apontaram que a automedicação permanece como um fenômeno inerente a sociedade e, portanto, a importância de sua discussão e combate.

Palavras-chave: Automedicação, Farmácia, Analgésicos, Anti-inflamatórios.

ABSTRACT

Pain can be considered an unpleasant experience both sensory and emotionally. Since the most remote times, medicinal plants with analgesic and anti-inflammatory potential have been used to suppress these painful stimuli. In the pharmacological scope of analgesic drugs, these can be divided into two distinct classes: opioids and non-opioids. Attributed to the discomfort caused by such painful stimuli, the practice of self-medication and irrational use is something very present in society. However, such an act can have several harmful effects on the health of the owners. Therefore, the work is justified by the need to discuss self-medication and indiscriminate use of drugs with analgesic effect, to raise awareness among the population about the potential risks and harms. Thus, the study proposes as the main objective the evaluation of the profile of use of over-the-counter painkillers in a drugstore in the municipality of Faria Lemos - MG. This is a cross-sectional, descriptive study, changing a quantitative approach, where data were collected with the aid of a questionnaire. The results showed that persistent self-medication as an inherent phenomenon in society and, therefore, the importance of discussion and combat.

Keywords: Self-medication, Pharmacy, Painkillers, Anti-inflammatories.

INTRODUÇÃO

A dor pode ser considerada uma experiência desagradável tanto de forma sensorial, no que tange a percepção física, como no espectro emocional, podendo ser referente a lesões reais ou em potencial. Assim, desde as épocas mais remotas, já se utilizavam plantas medicinais com potencial analgésico e anti-inflamatório, na tentativa de suprimir esses estímulos dolorosos (FERREIRA *et al*, 2015; SANTOS *et al*, 2019).

A partir de muita pesquisa, seguiu-se a introdução de compostos sintéticos com ação farmacológica capaz de produzir analgesia, efeito anti-inflamatório e antipirético, revolucionando a terapia contra a dor. No âmbito farmacológico, a analgesia é alcançada através do consumo de fármacos analgésicos, podendo esses ser divididos em duas classes distintas: opioides e não opioides. Os analgésicos opioides são uma classificação

genérica para os compostos, sejam eles de origem natural, semissintética ou sintética, que produzem seu efeito analgésico através da interação com receptores opioides presentes no organismo humano (DA SILVA *et al*, 2016).

Dentre os opioides naturais, destacam-se a morfina e codeína. Em relação aos semissintéticos, a bupronerfina e a heroína, merecem destaque. Já no que tange aos sintéticos, podemos citar a meperidina, fentanil, sufentanil, como sendo os principais representantes dessa classe. Esses são comumente utilizados para episódios de dores mais intensas (DE BARROS *et al*, 2019; SANTOS *et al*, 2019).

De acordo com Américo (2012) os medicamentos da classe dos não opioides, que são os mais consumidos mundialmente, são utilizados para o tratamento de dores moderadas ou leves. As substâncias pertencentes ao referido grupo são bem variadas e apresentam diversos mecanismos de ação e, conseqüentemente, efeitos (CASTEL BRANCO *et al*, 2013).

Dessa forma, podem ser destacados: analgésicos Anti-inflamatórios Não Esteroidais (AINES), que abrangem compostos químicos de estrutura bastante variada, capazes de exercer ações analgésicas, antipiréticas e anti-inflamatórias, bem como os anti-inflamatórios esteroidais, que exercem potente efeito anti-inflamatório, ou ainda os medicamentos coadjuvantes, que compreendem antidepressivos, anticonvulsivantes, anestésicos locais, relaxantes musculares, entre outros (BUENO; OLIVEIRA, 2011). Devido ao incomodo proporcionado por tais estímulos dolorosos, a prática da automedicação e do uso irracional desses, vem se tornando cada vez mais comum entre indivíduos das mais variadas idades (PEGORARO, 2019).

O ato normalmente ocorre pelo uso de medicamentos sem prescrição médica, seja através da indicação de terceiros, mídias sociais ou ainda pelo próprio conhecimento prévio, fato este que é corroborado pela facilidade na compra desses medicamentos em grande parte das drogarias sem a apresentação de receitas, visto que tais medicamentos pertencem a lista de Medicamentos Isentos de Prescrição (MIP) (RANKEL; MARCELO DEL OLMO; SANTIAGO, 2017).

Assim, os problemas ocasionados em decorrência do uso irracional de tais fármacos são abrangentes e com conseqüências diversas, podendo incluir desde o esconder ou mascarar o quadro clínico apresentado pelo paciente, agravando o problema de saúde, até proporcionar sérios efeitos adversos em decorrência da interação farmacológica com outros medicamentos já em uso pelo paciente, interferindo na eficácia de sua terapêutico (PEGORARO, 2019).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal, de caráter descritivo, apresentando uma abordagem quantitativa, desenvolvido na Drogaria Leal, no município de Faria Lemos – MG. Como população amostral, foram escolhidos, ao acaso, 50 clientes da referida drogaria, pertencentes a faixa etária de 20 anos ou mais, sendo eles de ambos os sexos. Os participantes consentiram em participar da pesquisa por vontade própria. Os resultados obtidos foram registrados e plotados para o desenvolvimento de um gráfico representativo.

Para coleta de dados, contou-se com o auxílio de um questionário adaptado unicamente para os fins da pesquisa, com auxílio de trabalhos científicos diversos. Nesse estavam dispostas variáveis para identificar o perfil de utilização de analgésicos, especificando desde os mais comumente ingeridos, até a frequência e motivações para seus usos. O questionário contava ainda com perguntas para definir as características do usuário, definindo sua idade e sexo, além de indagar sobre apresentação de receitas no momento da compra e possíveis reações adversas ao uso desses medicamentos.

Para a realização da revisão bibliográfica, responsável por garantir o embasamento teórico do estudo, foram utilizados livros técnicos acerca do tema e rastreados artigos científicos e periódicos em bancos de dados online, tais como: Google Acadêmico, SCIELO, LILACS, PubMed, dentre outros.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Farmacologia dos principais analgésicos/anti-inflamatórios

Entre os diversos tipos de medicamentos utilizados para o tratamento da dor, desde eventos agudos, moderados e crônicos, destacam-se os anti-inflamatórios como a classe de fármacos mais recorrente. Esse grupo de substâncias pode ser subdividida em anti-inflamatórios esteroidais (AIEs), também chamados de corticosteroides, e os não esteroidais (AINEs), sendo o segundo deles uma das classes de medicamentos mais prescrita para o tratamento de pacientes (SANDOVAL *et al*, 2017).

O mecanismo de ação dos AINEs está relacionado com o bloqueio das enzimas COXs, impedindo que essas sintetizem as PGs e TX₂, compostos responsáveis por gerar a resposta inflamatória e, conseqüentemente, seus efeitos no organismo humano. São descritas, até então, 3 isoformas da referida enzima, sendo elas: a constitutiva (COX-1), indutiva (COX-2) e a ainda em estudo, COX-3 (SANDOVAL *et al*, 2017; DE GODOY *et al*,

2020).

Segundo Sandoval *et al* (2017), a isoforma COX-1 pode ser encontrada como parte constituinte de diversos tecidos, tais como o coração, estômago, rins e mesmo plaquetas, agindo na sinalização entre as células e no equilíbrio tecidual. A COX-2, por sua vez, fica responsável pelos mecanismos de indução da resposta inflamatória, facilitando a resposta do corpo a antígenos ou agravos. Por fim, a COX-3 é considerada uma variante da COX-1, sendo formada através do processo de *splincing* alternativo, observada em maior escala nos tecidos do coração e córtex cerebral.

De acordo com Miote e De Castro (2017), os AINEs são medicamentos com alto índice de segurança quando prescritos corretamente. Todavia, são também os principais fármacos utilizados para a automedicação, podendo ocasionar diversos efeitos adversos e interações medicamentosas não desejadas. Entre os AINEs mais utilizados, sobressaem a Dipirona, Ácido Acetilsalicílico (AAS) e Ibuprofeno.

A Dipirona, também conhecida como metamizol, tem seus efeitos analgésicos ainda sob estudo, sendo por vezes relacionado com a diminuição direta da atividade dos nociceptores, assim como da sensibilidade proporcionada pelas prostaglandinas. Tais efeitos induzem a redução na capacidade de captação de cálcio neural, culminando assim para a queda dos níveis de AMP cíclico citoplasmático nas terminações nervosas sensitivas (MIOTE; DE CASTRO, 2017).

O AAS, também conhecido como Aspirina, é o medicamento da classe dos salicilatos mais utilizado. Além dos efeitos analgésicos, atua no tratamento de febre, inflamação e na diminuição da coagulação sanguínea e nos riscos de ataque cardíaco. Sua analgesia decorre de sua ação primária que diz respeito a inativação da COX por acetilação irreversível da prostaglandina sintase. Devido ao seu caráter irreversível, diferente do padrão observado nos demais AINEs que se comportam como ligantes reversíveis, os efeitos referentes à adesão plaquetária persistem entre 10 a 12 dias (MIOTE; DE CASTRO, 2017).

O ibuprofeno é um composto derivado do ácido fenilpropiónico, frequentemente prescrito para combater dor, inflamação e febre. Pode ser utilizada no controle de diversas condições, tais como dismenorreia, traumatismos com entorses, fraturas, luxações, lesões nos tecidos moles, dores de dente, apresentando ainda efeitos na coagulação sanguínea. Essa substância faz parte dos fármacos essenciais da Organização Mundial da Saúde (OMS) por satisfazer a necessidade da maioria da população em quantidade e formas terapêuticas adequadas (MIOTE; DE CASTRO, 2017).

Principais fármacos e os motivadores para a automedicação

De acordo com Belo, Maio e Gomes (2017), no que se refere as farmácias brasileiras, os medicamentos que dispõem do maior índice de procura são os analgésicos, antitérmicos (ou antipiréticos), anti-inflamatórios, anti-histamínicos, antiácidos, anticoncepcionais, remédios para gripe, miorelaxantes, antirreumáticos e descongestionantes. Esses medicamentos atuam diretamente em fatores que prejudicam o bem-estar em geral, levando a uma melhora significativa, porém podem causar sérios prejuízos na concentração, disposição, nas relações sociais e afetivas.

Na pesquisa realizada por Dos Santos *et al* (2020), que buscava relacionar os fármacos mais frequentemente utilizados para a prática da automedicação, pode-se observar que os medicamentos analgésicos e antipiréticos representaram a maioria absoluta das diversas categorias descritas, alcançando a porcentagem de 89,6%.

Dos Santos *et al* (2020) afirmam que os resultados podem ser explicados devido aos compostos atuarem de maneira objetiva no abrandamento da dor, aliviando a sensação de desconforto proporcionada aos indivíduos. Além disso, esses medicamentos não necessitam de receitas médicas para sua obtenção, fazendo com que a população erroneamente deduza que são isentos de riscos para a saúde.

Ainda na pesquisa realizada por Dos Santos *et al* (2020), os dados obtidos demonstraram que o fenômeno da automedicação está intimamente ligado a faixa etária, indicando possíveis relações com o trabalho e respectivo grau de escolaridade dos indivíduos. Em relação a idade, o estudo demonstrou que a prática acontece em maior escala em pessoas entre 20 e 40 anos.

Ao que se refere a formação e ao vínculo empregatício, o trabalho indica que, nessa faixa etária, a presença de certo grau de formação escolar e atuação em trabalhos remunerados conferem independência, possivelmente fazendo com que seja mais frequente a compra de medicamentos sem auxílio de profissionais especializados (DOS SANTOS *et al*, 2020).

Em estudos realizados por Karyna, Almeida e Jorge (2016) e Fontanella, Galato e Remor (2013), mostram a motivação para a utilização de analgésicos por conta própria, os principais sintomas e manifestações clínicas responsáveis foram as cefaleias e, logo em seguida, as dores musculares. Nesses trabalhos podem ser observadas que em 37% e 33,3% dos casos, respectivamente, as dores de cabeça induziram a automedicação.

Já no levantamento feito por Lopes *et al* (2014), essa mesma dor foi apontada como motivadoras por 89,29% dos entrevistados. Reforçando os dados obtidos nas pesquisas

anteriormente citadas, os números descritos por Dos Santos et al. (2020) indicam uma prevalência de 81,5% das vezes em que o uso de analgésicos sem receita foi realizado para aliviar o desconforto proveniente das dores de cabeça. Tais dados percentuais colaboram com a afirmação de que os analgésicos são a principal classe de medicamentos participantes da prática e automedicação.

Dessa forma, sendo as cefaleias são as principais responsáveis pelo uso indiscriminado de fármacos analgésicos, cabendo ao profissional farmacêutico estar atento aos sintomas e manifestações clínicas apresentados por seus pacientes, visando sempre indicar o melhor tratamento a ser realizado, recomendando, sempre que necessário, profissionais especializados para uma melhor avaliação do quadro clínico do indivíduo. Tais ações auxiliam na diminuição de reações adversas e no acobertamento de problemas de saúde mais severos (LOPES *et al*, 2014).

Assim, a orientação do profissional farmacêutico torna-se imprescindível tanto durante o processo de distribuição e venda desses fármacos, quanto avaliando o perfil de consumo desses medicamentos, a fim de promover um acompanhamento farmacoterapêutico de qualidade para esses pacientes, e consequente promoção do uso racional de medicamentos (DOS SANTOS *et al*, 2020).

O fenômeno da automedicação e seus riscos

De acordo com Silva *et al* (2013), a prática da automedicação é algo muito comum na sociedade atual e vem crescendo com o passar dos anos, não sendo limitada a classe social, gênero ou faixa etária, seja através de indicação de terceiros ou por conhecimento próprio. Conforme evidenciado anteriormente, esse fenômeno é amplamente influenciado também pela facilidade de acesso a diferentes tipos de medicamentos, sem mesmo a necessidade de apresentação de qualquer receita.

Para Silva, Santos e Marques (2020), o referido processo tem sua disseminação auxiliada pela alta incidência de marketing e propagandas nos mais variados meios de comunicação, conferindo grande facilidade para a população tomar conhecimento de uma ampla variedade de medicamentos, utilizados em situações diversas. Todavia, esses mesmos veículos midiáticos não explicitam os efeitos negativos os quais tais medicamentos podem proporcionar a saúde do indivíduo. Outro ponto importante abordado pelos autores é que tal fenômeno não somente acontece no Brasil, mas, em geral, nos países

subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

Os mais importantes problemas ocasionados pela automedicação, especificamente por analgésicos, dizem respeito em dificultar a detecção de diversas doenças e agravar quadros clínicos já existentes, além desencadear efeitos adversos ou interações medicamentosas inesperadas. Das possíveis manifestações a partir da utilização desses medicamentos, pode-se observar problemas gastrointestinais, incluindo desde náuseas até complicações mais severas, como a formação de úlceras gástricas (DE OLIVEIRA ALVIM; LIMA, 2019).

A partir das pesquisas realizadas por Pegoraro (2019), foi possível demonstrar uma maior utilização de fármacos sem prescrição médica no sexo feminino, quando comparado a com o sexo masculino. Tal fato pode ser consequência de uma utilização mais presente de medicamentos por esse grupo populacional em diferentes etapas da vida, seja por problemas de origem fisiológica ou não.

Aliado a isso, historicamente, as mulheres são mais preocupadas com a manutenção não apenas da sua própria saúde, como também a de seus familiares. Almeida-Junior, Kamonseki e Rostelato-Ferreira (2016), afirmam ainda que, em porcentagem, as mulheres representam 54,46% das pessoas que praticam a automedicação, enquanto os homens contam com um percentual de 45,54%.

Em todo o globo, o que inclui o Brasil, a automedicação permanece como um conceito altamente difundido, apresentando diversos fatores como os responsáveis por tal cenário, dentre eles: a ineficiência no atendimento inerente aos serviços de saúde públicos e privados, por vezes contando com dificuldades para o acesso e baixa qualidade nos procedimentos realizados; ampla divulgação de propagandas referentes a medicamentos isentos de prescrição médica; acúmulo de fármacos em domicílio; e a crença popular de que esses são capazes sozinhos de resolver qualquer manifestação clínica ou doença (MENGUE *et al*, 2016).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Seguem descritos nesse tópico os números estatísticos adquiridos através da pesquisa de campo realizada no município de Faria Lemos - MG, com prévio consentimento da instituição responsável em comercializar os medicamentos, além da autorização de todos os participantes para a divulgação dos resultados obtidos. Ao todo, para a consolidação do grupo amostral, participaram do processo 50 indivíduos de ambos os sexos, escolhidos ao

acaso, compreendendo idades maiores ou iguais a 20 anos, como é possível de se visualizar na Figura 1.

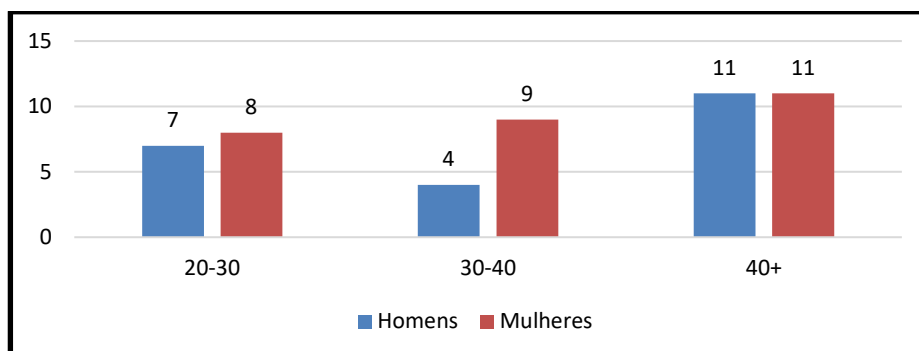


Figura 1 – Faixa etária dos participantes entrevistados. Fonte: Dados do autor

Convergindo com as informações descritas por Kamonseki e Rostelato-Ferreira (2016) e Pegoraro (2019), os dados obtidos no presente estudo apontam para uma maior e mais frequente utilização de medicamentos para analgesia oriunda de pessoas do sexo feminino. Os dados relativos à frequência na utilização de analgésicos referente a ambos os sexos podem ser visualizados no gráfico exposto a seguir (Figura 2).

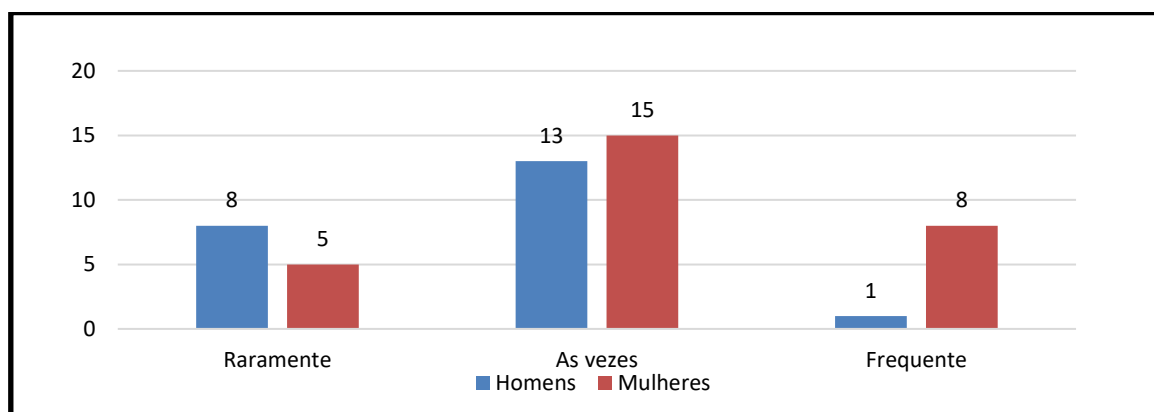


Figura 2 – Frequência na utilização de fármacos analgésicos dos participantes entrevistados. Fonte: Dados do autor

Reforçando os apontamentos de Fontanella, Galato e Remor (2013), Lopes *et al* (2014), Karyna, Almeida e Jorge (2016) e Dos Santos *et al* (2020), os números obtidos durante a pesquisa demonstra uma maior prevalência para as dores de cabeça como principal fomentador para a automedicação, somando números superiores as demais dores relacionadas. Como segunda maior causa, encontram-se as dores de origem muscular. Tais

informações são apresentadas na Figura 3.

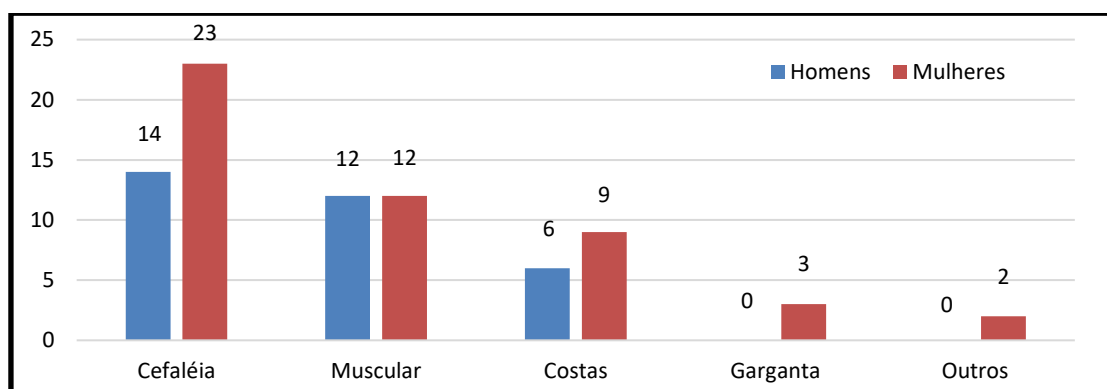


Figura 3 – Principais dores responsáveis pela automedicação por analgésicos dos participantes entrevistados. Fonte: Dados do autor

O trabalho se propôs a avaliar também os fármacos analgésicos de maior saída no mercado, selecionando como mais relevantes a Dipirona, Paracetamol, Dorflex e Ibuprofeno. Juntamente com as demais perguntas foram então coletadas informações acerca da utilização desses respectivos medicamentos, onde dentre eles o Dorflex foi o mais recorrente. Os dados referentes a essa etapa estão descritos na Figura 4.

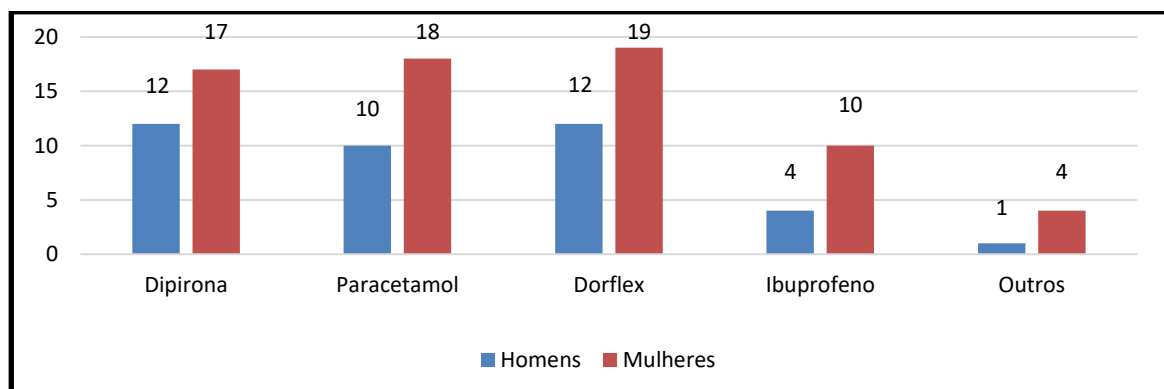


Figura 4 – Principais fármacos utilizados para automedicação dos participantes entrevistados. Fonte: Dados do autor

Como tópico fundamental para a execução do estudo consta a não apresentação de receita médica para obtenção dos medicamentos, caracterizando, dessa forma, o fenômeno da automedicação. Não distante dos levantamentos feitos por outras literaturas, dentre elas o trabalho de Silva, Santos e Marques (2020), a presente pesquisa alcançou semelhantes resultados ao apontar em sua grande maioria indivíduos comprando medicamentos sem prescrição de profissionais capacitados (Figura 5).

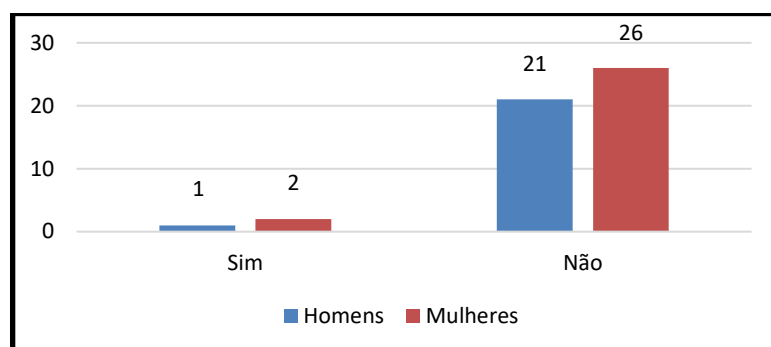


Figura 5 – Apresentação de receita para a compra dos medicamentos pelos participantes entrevistados. Fonte: Dados do autor

Complementando as informações obtidas acerca da apresentação de prescrição médica, foram levantados, em seguida, dados referentes à origem da indicação do uso de tais medicamentos, sendo especificados como possíveis respostas: médicos, farmacêuticos, outros ou nenhuma. Os resultados detalhados se encontram presentes na Figura 6.

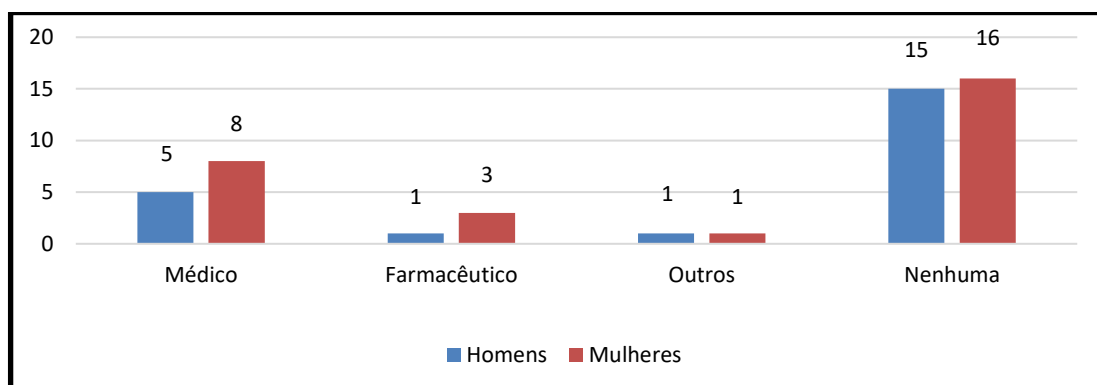


Figura 6 – Orientação para utilização dos medicamentos pelos participantes entrevistados. Fonte: Dados do autor

Por fim, como forma de avaliar o grau de informação dos participantes envolvidos no grupo amostral da pesquisa, levantou-se uma questão tangente ao conhecimento dos riscos inerentes ao ato de automedicar-se. Tal tópico limitou-se a respostas “sim” e “não”, seus resultados podem ser observados na Figura 7.

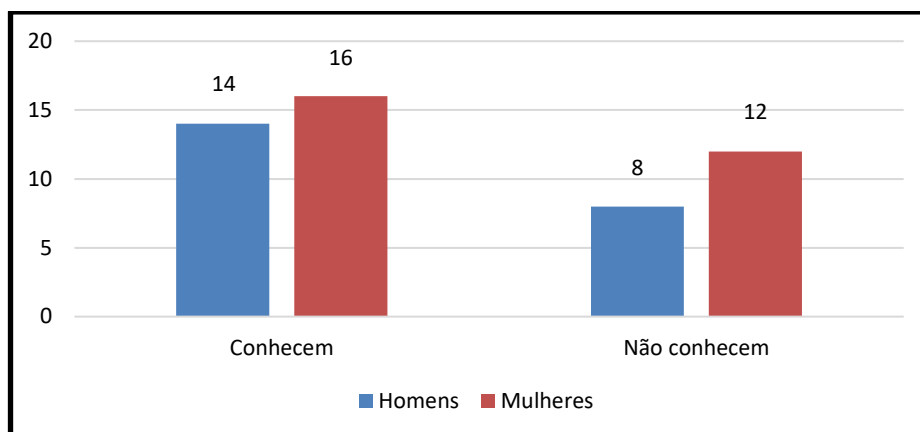


Figura 7 – Conhecimento dos participantes sobre os riscos da automedicação. Fonte: Dados do autor

Tendo em vista as informações coletadas através dos esforços em campo do trabalho, foi possível analisar de maneira mais próxima os padrões estabelecidos do fenômeno da automedicação. Os resultados do questionário vão de encontro com os descritos pelas diversas literaturas consultadas durante a escrita do tópico revisional. Dentre os pontos de convergência, podem ser ressaltados a prevalência da utilização de medicamentos sem receita ou aconselhamento profissional, a cefaleia como maior motivadora para o fenômeno da automedicação e o sexo feminino como principal no que diz respeito ao uso sem prescrição de tais medicamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, levando em consideração o exposto pela pesquisa realizada, fica evidente a seriedade que o fenômeno da automedicação representa para a saúde pública. Tais afirmativas são evidenciadas por dados empíricos os quais apontam possíveis complicações ou malefícios inerentes ao uso incorreto de medicamentos, em especial os analgésicos. A falta de controle nas vendas feitas pelas farmácias e a não necessidade de apresentação de receita são importantes aspectos para a permanência constate do uso irracional destes fármacos.

Vale destacar a demanda e importância da participação dos profissionais de farmácia no quesito da educação em saúde, de maneira a conscientizar a população sobre a utilização correta dos medicamentos, visando à redução dos eventos de automedicação. Dito isso, o presente trabalho cumpre com o dever de alertar e informar a comunidade sobre a emergência da situação abordada.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA-JUNIOR, G.; KAMONSEKI, D. H.; ROSTELATO-FERREIRA, S. Perfil de automedicação no município de São Miguel Arcanjo/SP. **Espaço para Saúde**, v. 17, n. 2, p. 93-100, 2016. Disponível em: <http://espacoparasaude.fpp.edu.br/index.php/espacosaude/article/view/289/8>.
- AMÉRICO, A. de F. Q. Analgésicos não opioides. **Manual de Cuidados Paliativos ANCP**, p. 143, 2012. Disponível em: https://dms.ufpel.edu.br/static/bib/manual_de_cuidados_paliativos_ancp.pdf#page=143.
- BELO, N.; MAIO, P.; GOMES, S. Automedicação em idade pediátrica. **Nascer e Crescer**, v. 26, n. 4, p. 234-239, 2017. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0872-07542017000400005.
- BUENO, C. S.; OLIVEIRA, K. R. Medicamentos potencialmente inapropriados para idosos: inclusão na relação municipal de medicamentos essenciais de Ijuí (RS). **Revista Contexto & Saúde**, v. 10, n. 20, p. 299-308, 2011. Disponível em: <https://200.17.87.11/index.php/contextoesaude/article/view/1533>.
- BURKE, A.; SMYTH, E. M.; FITGERALD, G. A. Agentes analgésicos-antipiréticos; farmacoterapia de la gota. **Las bases farmacológicas de laterapéutica**. 2006. p. 671-716.
- CASTEL BRANCO, M.M; SANTOS, A.T; CARVALHO, R.M; CARAMONA, M.M; SANTIAGO, L.M; LIMOS, F.F; FIGUEIREDO, I.V. As bases farmacológicas dos cuidados farmacêuticos: o caso dos AINEs. **Acta Farmacêutica Portuguesa**, v. 2, n. 2, 2013. Disponível em: <http://actafarmacaceuticaportuguesa.com/index.php/afp/article/view/3/103>.
- DA SILVA, F.A.; DUARTE, H.K.O.S.; RAIMUNDO, R.J.S. Estudo sobre automedicação no uso de antiinflamatórios não esteroídes na cidade de Valparaíso de Goiás. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, v. 9, n. 5, 2016. Disponível em: <https://www.uninter.com/revistasaude/index.php/saudeDesenvolvimento/article/view/537/314>
- DE BARROS, G. A. M. et al. Uso de analgésicos e o risco da automedicação em amostra de população urbana: estudo transversal. **Brazilian Journal of Anesthesiology**, 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0034709419302028>.
- DE GODOY, A. F. et al. BENEFÍCIOS E RISCOS DO USO DE COXIBES. **Revista InterSaúde**, v. 1, n. 2, p. 118-128, 2020. Disponível em: http://revista.fundacaojou.edu.br:8078/journal/index.php/revista_intersaude/article/view/142/88.
- DE OLIVEIRA ALVIM, H. G.; LIMA, M. M. Riscos da automedicação. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 2, n. 4, p. 2012-2019, 2019. Disponível em: <http://www.revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/60/51>.
- DOS SANTOS, M. C. et al. Perfil da automedicação por clientes de uma farmácia privada em cidade do Agreste de Pernambuco. **Revista Brasileira de Educação e Saúde**, v. 10, n. 2, p. 50-56, 2020. Disponível em: <https://editoraverde.org/gvaa.com.br/revista/index.php/REBES/article/view/7576/7402>.
- FERREIRA, N. et al. Dor e analgesia em doente crítico-painand analgesia in criticalillness. **Revista Clínica do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca**, v. 2, n. 2, p. 17-20, 2015. Disponível em: <https://revistaclinica.hff.minsaude.pt/index.php/rhff/>

article/view/95/59.

FONTANELLA, F. G.; GALATO, D.; REMOR, K. V. T. Perfil de automedicação em universitários dos cursos da área da saúde em uma instituição de ensino superior do sul do Brasil. **RevBrasFarm**, v. 94, n. 2, p. 154-60, 2013. Disponível em: <http://rbfarma.org.br/files/rbf-94-2-11-2013.pdf>.

KARYNA, H. K. O. S. D.; ALMEIDA, F. A. da S.; JORGE, R. J. de S. R. Estudo sobre automedicação no uso de anti-inflamatórios não Esteróides na cidade de Valparaíso de Goiás. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, v. 9, n. 5, p. 142-153, 2016. Disponível em: <https://www.uninter.com/revistasaude/index.php/saudeDesenvolvimento/article/view/537/314>.

LOPES, W. de F. L. et al. A prática da automedicação entre estudantes de uma instituição de ensino superior de Teresina-PI. **Revista Interdisciplinar**, v. 7, n. 1, p. 17-24, 2014. Disponível em: https://revistainterdisciplinar.uninovafapi.edu.br/index.php/revinter/article/view/148/pdf_91.

MENGUE, S. S. et al. Prevalência da automedicação no Brasil e fatores associados. **Revista de saúde pública. São Paulo**. Vol. 50, supl. 2 (2016), p. 1s-11s., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/rsp/2016.v50suppl2/13s/pt/>.

MIOTI, A. G. X.; DE CASTRO, G. F. P. Alterações hematológicas induzidas por anti-inflamatórios não-esteroidais. **Revista Transformar**, v. 10, p. 170-183, 2017. Disponível em: <http://www.fsj.edu.br/transformar/index.php/transformar/article/view/100/96>.

PEGORARO, C. M. R. Caracterização da Prática de Automedicação com Analgésicos para o Tratamento da Dor. **Colloquium Vitae**. ISSN: 1984-6436. 2019. Disponível em: <http://revistas.unoeste.br/index.php/cv/article/view/2437/2947>.

SANDOVAL, A. C. et al. O uso indiscriminado dos Anti-Inflamatórios Não Esteroidais (AINES). 2017. Disponível em: <http://repositorio.faema.edu.br/bitstream/123456789/2164/1/ARTIGO%20PUBLICADO%20FAEMA.pdf>.

SANTOS, S. O. et al. Uso indiscriminado de analgésicos por discentes de uma instituição de ensino superior: um risco imperceptível. **Referências em Saúde da Faculdade Estácio de Sá de Goiás-RRS-FESGO**, v. 2, n. 3, 2019. Disponível em: <http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/rrsfesgo/article/viewFile/7173/47966145>.

SILVA, E. P.; SANTOS, F. F.; MARQUES, A. E. F. Cuidados farmacêuticos na automedicação: uma revisão integrativa. **Educação, Ciência e Saúde**, v. 6, n. 2, 2020. Disponível em: http://www.periodicos.ces.ufcg.edu.br/periodicos/index.php/99cienciaeducacaosaude25/articloe/view/210/pdf_71.

SILVA, J. A. C. da et al. Prevalência de automedicação e os fatores associados entre os usuários de um Centro de Saúde Universitário. **RevBrasClinMed**, v. 11, n. 1, p. 27-30, 2013. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/1679-1010/2013/v11n1/a3385.pdf>.

RANKEL, S. A. O.; MARCELO DEL OLMO, S. A. T. O.; SANTIAGO, R. M. Uso irracional dos anti-inflamatórios não esteroidais no município de Tijucas do Sul. **Visão Acadêmica**, v. 17, n. 4, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/academica/article/view/50205/31865>.

SOBRE OS AUTORES

AUTOR 1: Graduada em Farmácia, Universidade Iguazu (UNIG),
thaisdamas97@hotmail.com;

AUTOR 2: Graduando em Medicina, Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC),
lucascrizostomo15@hotmail.com;

AUTOR 3: Graduada em Medicina, Universidade Iguazu (UNIG),
milena.calmon@hotmail.com

AUTOR 4: Pós-doutorado em Cognição e Linguagem na Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF; Doutorado em Ciências da Educação pela Universidade Autônoma de Assunção - UAA (Revalidação UFAL), Mestrado em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF. Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Educação Física. Atualmente é Diretora Acadêmica da Faculdade Metropolitana São Carlos - FAMESC, unidade de Bom Jesus do Itabapoana. Desenvolve pesquisas nas áreas de Envelhecimento Humano, Educação Básica, Ensino Superior e Práticas Educativas. Editora chefe da Revista Científica Interdisciplinar Linkscienceplace - ISSN: 2358-8411. Avaliadora Institucional de Cursos de Graduação INEP/MEC. E-mail: castromanhaes@gmail.com

AUTOR 5: Possui graduação em Farmácia pela Universidade Nova Iguazu (2007), Mestrado em Saúde da Família pela Universidade Estácio de Sá (UNESA), Especialização em Farmacologia Clínica pelo Instituto Ethos Farma - ES e Especialização em Saúde da Família pela Faculdade Redentor - RJ. Ampla experiência na área de Farmácia Hospitalar, Gestão e Clínica. Exerce função de Farmacêutica no Serviço de Home Care Home Star. Docente na Universidade Iguazu - RJ e da Faculdade Metropolitana São Carlos - RJ. Atuou como coordenadora dos cursos de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Assistência Farmacêutica e Farmácia Hospitalar da Faculdade Redentor - RJ. E-mail: lucianafumian@gmail.com